

CONCURSO PÚBLICO CESAN – COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2011

INSTRUÇÕES

01 - Material a ser utilizado: caneta esferográfica azul ou preta. Os objetos restantes devem ser colocados em local indicado pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e devidamente identificado com etiqueta.

02 - Não é permitido consulta, utilização de livros, códigos, dicionários, apontamentos, apostilas, calculadoras e etc. Não é permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem a respectiva identificação e o devido recolhimento de telefone celular, bip e outros aparelhos eletrônicos.

03 - Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos e nem fumar.

04 - A duração da prova é de 03 (três) horas, já incluindo o tempo destinado à entrega do Caderno de Provas e à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento do Cartão de Respostas (Gabarito).

05 - Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao sanitário, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, podendo antes e depois da entrada sofrer revista através de detector de metais. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá utilizar o sanitário. Caso ocorra uma emergência, o fiscal deverá ser comunicado.

06 - O Caderno de Provas consta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha. Leia-o atentamente.

07 - As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 05 (cinco) opções (A a E) e uma única resposta correta.

08 - Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas corresponde ao cargo a que está concorrendo, observando o nome do cargo na parte superior da próxima página, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) que lhe foi fornecido, estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.

09 - Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.

10 - O candidato poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 60 (sessenta) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o Caderno de Provas, somente sendo permitida essa conduta apenas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.

11 - Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar um termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado o Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade escolar.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no *site* www.consulplan.net, a partir das 14h00min do dia subsequente ao da realização das provas.

- Os recursos deverão ser apresentados, conforme determinado no **item 8 do Edital de Concurso Público nº. 001/2011**, sendo observados os seguintes aspectos:

a) O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de **02 (dois) dias úteis**, a partir da divulgação, devendo utilizar requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no *site* www.consulplan.net.

b) A interposição de recursos poderá ser feita **somente via Internet**, através do **Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos**, com acesso pelo candidato ao fornecer os dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, à **Consulplan**, conforme disposições contidas no *site* www.consulplan.net, no *link* correspondente ao Concurso Público.

01 – T

C
A
D
E
R
N
O
D
E
P
R
O
V
A
S

A culpa é de Deus ou dos homens?

Entra ano sai ano, as tempestades de verão continuam atormentando a vida de milhares de pessoas nos estados do sul e sudeste do país. Neste verão, a tragédia maior se concentrou na região serrana do Rio de Janeiro, castigando com maior intensidade o município de Nova Friburgo, onde centenas de pessoas perderam suas vidas e milhares viram suas casas serem literalmente arrastadas pela enxurrada.

Sabemos que as enchentes não são um privilégio do Brasil, pois o noticiário internacional também nos mostra tragédias semelhantes em países como Austrália, Indonésia, Filipinas e outros. Mas o que nos distingue é o elevado número de mortes ocasionadas pelas enchentes e desabamentos. Na Austrália, por exemplo, onde uma cidade inteira ficou praticamente submersa, as mortes não chegaram a três dezenas, o que é quase nada comparado às centenas que ocorreram no estado do Rio de Janeiro. Essa diferença decorre basicamente, em nossa opinião, de dois fatores: primeiro, que na Austrália o sistema de alerta e prevenção funciona muito melhor do que no Brasil; segundo, que a ocupação territorial por lá se dá de forma mais racional e planejada.

No Brasil, infelizmente não é prática corrente se realizar estudos geotécnicos do terreno antes de se erguer construções, principalmente quando se trata de residências. Portanto, não se conhece com rigor as características do solo, sua estabilidade e outros fatores que são essenciais para garantir solidez às construções. Caso fizessem tais estudos, as pessoas poderiam saber que existem áreas onde absolutamente não se pode construir. Da mesma forma, costuma-se, ao se projetar construções, fazer a terraplanagem do terreno, modificando-se a topografia que foi moldada, durante anos, pela ação dos ventos e da água. As consequências disso são facilmente previsíveis: ao se fazer a terraplanagem, o solo que era firme fica solto. E por mais que se faça compactação – o que não ocorre, pelo menos em empreendimentos residenciais – ainda assim o solo não fica com a estabilidade que tinha antes de ser aplainado. Convém lembrar, também, que a terraplanagem retira tudo o que é mata e raiz do terreno, contribuindo para aumentar a instabilidade do solo. Cria-se, assim, o ambiente propício para a erosão e o carreamento de sólidos para os mananciais, provocando o seu assoreamento, o que facilita as enchentes, já que a água não escoar com a mesma facilidade de antes.

Portanto, embora as pessoas comuns tendam a atribuir tais tragédias à fúria divina, na verdade elas deveriam questionar a si próprias se não são elas mesmas responsáveis por suas mazelas. É claro que uma parcela da culpa cabe ao poder público, que tem a responsabilidade de zelar pelo correto ordenamento territorial. Parece-nos absurdo que em pleno século XXI o Brasil não tenha precisamente definidas as áreas de risco, pelo menos nos aglomerados urbanos, para que possa coibir a sua ocupação. Também nos parece lamentável que o poder público faça vistas grossas à especulação imobiliária desenfreada que coloca em risco a vida de milhares de pessoas. E nos surpreende que não se tenha, pelo menos em áreas onde é comum a ocorrência das tempestades de verão, um sistema de alerta e prevenção que possibilite a evacuação rápida das populações dessas áreas de risco.

(Francisco Alves. Revista Saneamento Ambiental – Ano XX – n.º. 152 – Novembro/Dezembro – 2010)

- 01) Na frase “... embora as pessoas comuns tendam a atribuir tais tragédias à fúria divina...” (4º§), observa-se a utilização do sinal indicativo de crase. A utilização desse mesmo sinal também é obrigatória em:
- A) As pessoas assistiram a tragédia, desesperados.
 - B) É preciso que a Defesa Civil informe a todos sobre a iminência de temporais.
 - C) As pessoas comuns tendem a atribuir as grandes tragédias a Deus.
 - D) As tempestades começam a ocorrer no mês de dezembro.
 - E) É preciso lembrar a eles da necessidade de se protegerem dos temporais.
- 02) Com relação ao significado das palavras empregadas no texto, todas as alternativas estão corretas, EXCETO:
- A) “... as tempestades de verão continuam atormentando a vida de milhares de pessoas...” (1º§) – afligindo
 - B) “... pessoas viram suas casas serem literalmente arrastadas pela enxurrada.” (1º§) – verdadeiramente
 - C) “Sabemos que as enchentes não são um privilégio do Brasil...” (2º§) – sortilégio
 - D) “... se não são elas mesmas responsáveis por suas mazelas.” (4º§) – aborrecimentos
 - E) “... para que possa coibir a sua ocupação.” (4º§) – impedir
- 03) As palavras sublinhadas, nas frases a seguir, possuem o mesmo valor semântico, EXCETO:
- A) “Neste verão, a tragédia maior se concentrou na região serrana do Rio de Janeiro...”
 - B) “... a ocupação territorial por lá se dá de forma mais racional e planejada.”
 - C) “No Brasil, infelizmente não é prática corrente se realizar estudos geotécnicos do terreno...”
 - D) “E por mais que se faça compactação...”
 - E) “... elas deveriam questionar a si próprias se não são elas mesmas responsáveis por suas mazelas.”
- 04) Em “Portanto, não se conhece com rigor as características do solo, sua estabilidade e outros fatores...” (3º§), a palavra sublinhada tem valor semântico de:
- A) Comparação. B) Causa. C) Conformidade. D) Conclusão. E) Concessão.

05) Segundo o texto:

- A) A terraplanagem é a ação primordial para se preparar o terreno antes de qualquer tipo de construção.
- B) Realizar a terraplanagem pouco adianta se não for feita a compactação do terreno, fator que garante a construção segura.
- C) A terraplanagem deixa o solo vulnerável, mas aliada ao estudo geotécnico pode ser feita de forma que assegure uma construção satisfatória.
- D) O estudo geotécnico é o estudo imprescindível para se conhecer efetivamente as condições do solo que garantem solidez às construções.
- E) O estudo geotécnico garante a reestruturação do solo danificada, durante anos, pela ação dos ventos e da água.

06) De acordo com o suporte/veículo em que o texto foi publicado, podemos classificá-lo quanto à tipologia textual como:

- A) Instrucional.
- B) Carta argumentativa.
- C) Artigo de opinião.
- D) Narrativo-poético.
- E) Publicitário.

07) “Entra ano sai ano, as tempestades de verão continuam atormentando a vida de milhares de pessoas nos estados do sul e sudeste do país.” O excerto anterior constitui um exemplo de figura de linguagem denominada:

- A) Paronomásia.
- B) Antonomásia.
- C) Perífrase.
- D) Metonímia.
- E) Prosopopeia.

08) “Mas o que nos distingue é o elevado...” A palavra que possui o sentido oposto de “distingue” é:

- A) Separa.
- B) Divide.
- C) Confunde.
- D) Iguala.
- E) Discrimina.

09) “[...] que foi moldada, durante anos, pela ação dos ventos e da água.” Se pluralizarmos o vocábulo em destaque obteremos a forma “ações”. A alternativa que contém um vocábulo que admite duas formas de plural é:

- A) Construção.
- B) Verão.
- C) Cidadão.
- D) Especulação.
- E) Região.

10) O autor do texto atribui as tragédias de verão:

- A) Ao poder divino, sendo o homem o único castigado.
- B) À irresponsabilidade restrita do poder público que deveria zelar pelo bem do povo.
- C) À estrutura precária das construções.
- D) Em parte ao próprio povo (construtores, habitantes) e ao poder público que não toma medidas de prevenção.
- E) À irresponsabilidade dos geotécnicos que omitem dados importantes, permitindo construções em áreas de risco.

NOCÕES DE INFORMÁTICA

11) O Windows é o Sistema Operacional mais utilizado do mundo, criado em 1981, pela empresa Norte Americana, Microsoft. O produto tinha como objetivo o desenvolvimento de um Gerenciador de Interface Gráfica, possibilitando o uso do mouse em uma interface cheia de janelas. São características do Microsoft Windows XP:

- A) Sistema Operacional monotarefa e monousuário.
- B) Sistema Operacional multitarefa e monousuário.
- C) Sistema Operacional monotarefa e multiusuário.
- D) Sistema Operacional multitarefa e multiusuário.
- E) Sistema Operacional multitarefa e com Kernel aberto.

12) O Microsoft Windows XP (configuração padrão), apresenta no seu painel de controle, diversas propriedades para a configuração personalizada do Sistema Operacional. Considere as opções existentes em algumas propriedades:

- I. Fuso horário.
- II. Gerenciamento do computador.
- III. Área de trabalho.
- IV. Aparência.
- V. Atualizações automáticas.
- VI. Temas.
- VII. Ocultar ícones inativos.

São opções das propriedades de vídeo apenas as alternativas:

- A) II, III, VII
- B) III, IV, VI
- C) II, VI, VII
- D) II, III, IV, VI
- E) III, IV, VI, VII

13) Depois de copiar um texto de uma página da Internet, um determinado usuário colou tal texto no aplicativo Microsoft Office 2003 (configuração padrão), utilizando as teclas Ctrl + V. Porém, o resultado não foi o esperado porque o texto ficou com a mesma formatação da página da Internet. Para que o texto seja transferido para o documento sem a configuração da página da Internet, o usuário deverá:

- A) Acessar a opção Colar Especial e selecionar Texto não formatado.
- B) Acessar a opção Colar Especial e selecionar Texto sem formatação.
- C) Acessar a opção Colar sem formatação.
- D) Acessar o menu Editar e selecionar a opção Colar.
- E) Acessar a opção Transferir texto sem formato.

CONCURSO PÚBLICO – CESAN – COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO

- 14) O “Clip-Art” é uma biblioteca presente na coleção do Microsoft Office 2003, que permite a inserção de figuras pré-definidas em alguns aplicativos dessa coleção. Esse recurso NÃO está presente para o seguinte aplicativo:
- A) Microsoft Office Word 2003. D) Microsoft Office Publisher 2003.
B) Microsoft Office Excel 2003. E) Microsoft Office Access 2003.
C) Microsoft Office PowerPoint 2003.
- 15) Sobre a ferramenta Microsoft Windows 2003 (configuração padrão), analise:
- I. O recurso Hiperlink é utilizado para abrir o Word através de páginas da Internet.
II. A opção Contar Palavras possibilita ao Word fazer um levantamento estatístico de um documento, contando páginas, palavras, parágrafos e linhas.
III. As réguas de orientação das margens do Word não podem ser ocultadas.
IV. A opção Revelar Formatação é utilizada para demonstrar ao usuário qual a formatação está sendo aplicada a um trecho selecionado do texto.
V. O Word não possui um recurso que possibilite a criação de estilos de formatação personalizados que possam ser reaplicados posteriormente.
- Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):
- A) II, IV B) IV C) II, III, IV D) IV, V E) I, II, III, IV, V
- 16) O Internet Explorer 8 (configuração padrão) é um software utilizado para a navegação na Internet. Com relação às ferramentas e opções desse aplicativo, assinale a alternativa INCORRETA:
- A) A opção Excluir Histórico de Navegação possibilita a exclusão do histórico de navegação, arquivos de Internet temporários, cookies, senhas e dados do formulário.
B) Para atualizar o conteúdo da página deve-se utilizar a tecla de atalho F5.
C) A tecla de atalho Ctrl + L executa a opção de pesquisa em uma página do navegador.
D) A tecla de atalho Ctrl + D abre a opção para adicionar a página atual aos Favoritos.
E) No menu Opções de Internet, guia Segurança, pode-se configurar a zona Internet para três níveis de segurança: alto, médio-alto e médio.
- 17) Observe a planilha construída no Microsoft Office Excel 2003 (configuração padrão):

	A	B	C	D	E	F	G
1	BOLETIM ESCOLAR						
2	ALUNO	NOTA 1	NOTA 2	NOTA 3	NOTA 4	MÉDIA	SITUAÇÃO
3	Alexandre da Silva	8	10	7	7	8	APROVADO
4	Bruno Campos	6	7	6	8	6,75	REPROVADO
5	Carlos Henrique	7	8	4	6	6,25	REPROVADO
6	Daniel da Silva	5	8	8	7	7	APROVADO
7	Fernando Pereira	6	6	8	9	7,25	APROVADO
8	Isaac Oliveira	7	5	9	10	7,75	APROVADO
9	Mateus Augusto Bitencourt	8	9	10	6	8,25	APROVADO
10	Nayara Aparecida	9	4	5	9	6,75	REPROVADO
11							
12	Média para Aprovação	7					

Tal planilha foi criada para o controle de notas obtidas por alunos de uma determinada escola. Após o seu preenchimento, o campo situação (coluna G) é preenchido de forma automática com o valor “aprovado” quando a média do aluno (coluna F) for maior ou igual à média de aprovação informada na célula B12, ou “reprovado”, caso a nota seja menor do que a média informada. Considerando que a fórmula será escrita na célula G3, a fórmula a ser aplicada para essa operação é:

- A) =IF(G3>B\$12;VERDADE;FALSO) D) =SE(G3>=7;"APROVADO";"REPROVADO")
B) =SE(F3>=B\$12;"APROVADO";"REPROVADO") E) =SE(F3<=B\$12;"APROVADO";"REPROVADO")
C) =SE(G3>=B\$12;"APROVADO";"REPROVADO")
- 18) Analise as afirmativas sobre a ferramenta Microsoft Office Excel 2003 (configuração padrão):
- I. A formatação condicional permite que o Excel formate células de forma automática quando uma condição for estabelecida.
II. O Excel permite a formatação de células em diferentes categorias como: número, moeda, contábil, porcentagem etc.
III. A opção “Formatar Coluna – Auto Ajuste da Seleção” reduz o texto ao tamanho da célula.
IV. A opção “Inserir Função” permite a inserção de diversas fórmulas classificadas em diferentes categorias.
V. Com o botão AutoSoma é possível realizar apenas operações de soma automática.
- Estão corretas apenas as afirmativas:
- A) I, II, III B) I, II C) IV, V D) II, III, IV E) I, II, IV

CONCURSO PÚBLICO – CESAN – COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO

19) São funções válidas no Microsoft Office Excel 2003 (configuração padrão), EXCETO:

- A) GRAUS B) PERCENTIL C) LOG D) COS E) QUADRADA

20) O assistente de gráficos é uma ferramenta existente no Microsoft Office Excel 2003 (configuração padrão), que permite que um conjunto de dados de uma planilha seja utilizado para a criação de gráficos de forma simples e rápida. São tipos de gráficos, EXCETO:

- A) Dispersão (XY). D) Superfície.
B) Rosca. E) Linha cruzada.
C) Radar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21) A Constituição Federal, nos incisos VI e VII do art. 23, estipula ser competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios “proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; preservar as florestas, a fauna e a flora”. Trata-se da competência de implementar a legislação ambiental, pondo em prática o direito e o dever de tomar as medidas administrativas para prevenir e reparar os danos ambientais. Na competência comum do art. 23 CF está o poder de fazer a gestão ambiental e de implementar políticas públicas pertinentes. São medidas administrativas ao alcance da administração, consideradas competência comum, EXCETO:

- A) Estudo prévio de impacto ambiental.
B) Apreensão sumária de equipamentos nocivos ao meio ambiente.
C) Licenciamento ambiental.
D) Monitoramento e auditoria ambientais.
E) Aplicação das penalidades administrativas.

22) O Art. 243 da Constituição da República diz “as glebas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.” A destinação das culturas ilegais e quaisquer bens de valor econômico apreendido em decorrência de tráfico, terão, dentre outros, o seguinte destino:

- A) Incineração. D) Colocados à disposição do juiz.
B) Reprocessamento. E) N.R.A.
C) Recuperação de viciados.

23) Segundo a Constituição da República, compete aos Municípios instituir impostos sobre:

- I. Propriedade predial e territorial urbana.
II. Produtos industrializados.
III. Transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
IV. Serviços de qualquer natureza.
V. Propriedade territorial rural.

Estão corretas apenas as alternativas:

- A) I, II, III B) II, III, V C) I, IV, V D) I, III, IV E) I, II, III, IV, V

24) Quanto à lei de licitações, Lei nº. 8666/93, pode-se afirmar que nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços serão considerados, dentre outros, principalmente os seguintes requisitos, EXCETO:

- A) Preferência à contratação de consórcios.
B) Impacto ambiental.
C) Segurança.
D) Adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas.
E) Funcionalidade e adequação ao interesse público.

25) À luz da Lei nº. 9265, do Estado do Espírito Santo, são princípios para o Sistema Estadual de Informação sobre Educação Ambiental, EXCETO:

- A) Descentralização da coleta e da produção de dados e informações.
B) Sistematização das informações.
C) Articulação com os sistemas brasileiros de informação sobre Educação Ambiental e Meio Ambiente.
D) Divulgação de informações.
E) Fiscalização direta pelo Ministério Público Estadual a respeito do teor e processamento das informações sobre Educação Ambiental.

26) Analise as afirmativas:

- I.** De acordo com o disposto no art. 2º da Lei nº. 10881/04, os contratos de gestão fixarão as atribuições, direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias. Embora se trate de um contrato administrativo, seu regime jurídico difere do modelo clássico, em que a Administração Pública fiscaliza passo a passo a execução do objeto, efetuando medições a cada etapa ou a cada período.
- II.** No que tange ao controle do contrato de gestão, a Agência Nacional de Águas – ANA, como Poder Público responsável pela fiscalização, deve constituir comissão de avaliação para analisar, periodicamente, os resultados alcançados com a execução do contrato de gestão e encaminhar relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.
- III.** A Agência Nacional de Águas – ANA, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela entidade delegatária, dela dará ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária de seus dirigentes.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- A) II, III B) I, II, III C) I D) II E) III

27) Quanto ao código de mineração, o processo administrativo para aplicação das sanções de anulação ou caducidade da concessão de lavra tramitará com as seguintes diligências, promovidas pelas autoridades respectivas, EXCETO:

- A) A intimação, pelo Diretor-Geral do D.N.P.M. do titular, mediante ofício e por edital, quando se encontrar em lugar incerto e ignorado, para apresentação de defesa, dentro de 60 (sessenta) dias contra os motivos arguidos na denúncia ou que deram margem à instauração do processo administrativo.
- B) Concluídas as diligências necessárias a regular instrução do processo, previstas na lei, o Diretor-Geral do D.N.P.M. encaminhará os autos ao Advogado-Geral da União.
- C) Examinadas as peças dos autos, especialmente as razões de defesa oferecidas pela Empresa, o processo será encaminhado com relatório e parecer conclusivo, ao Presidente da República.
- D) Da decisão da autoridade superior, poderá a parte interessada pedir reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da sua publicação no Diário Oficial da União.
- E) O Ministro das Minas e Energia é a autoridade que encaminha os autos ao Presidente da República.

28) Analisando as afirmativas, pode-se dizer que a boa fé objetiva compreende:

- I.** Princípio que visa a preservação dos interesses da parte lesada por ter celebrado contrato sabidamente relativo a objeto ilícito.
- II.** Regra de conduta fundada na lealdade, na confiança, na lisura, na retidão e, principalmente, na consideração para com o interesse do todo.
- III.** Fonte de deveres além daqueles determinados pela vontade das partes. São os deveres laterais, apontados pela doutrina como aqueles que impõem aos contratantes uma atitude cooperativa, que podem decorrer de cláusula contratual, de dispositivo legal ou do princípio da boa-fé.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- A) I, II, III B) I, III C) I, II D) II, III E) I

29) De acordo com a CLT, as empresas, consoante a normas expedidas pelo Ministério do Trabalho, serão obrigadas a manter serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho, que estabelecerão:

- A) Classificação das empresas segundo o número de empregados e a natureza do risco de suas atividades.
- B) O número mínimo de profissionais especializados exigido de cada empresa, segundo o grupo em que se classifique, conforme a natureza do risco de suas atividades.
- C) A qualificação exigida para os profissionais e o seu regime de trabalho.
- D) As demais características e atribuições dos serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho, nas empresas.
- E) Todas as afirmativas anteriores estão corretas.

30) À luz da Lei nº. 7347/85 (Ação Civil Pública) é correto afirmar, EXCETO:

- A) Consórcio de empresas privadas, cujo objeto social contemple a preservação do meio ambiente possui legitimidade para a propositura de A.C.P., com assistência do Ministério Público.
- B) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.
- C) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por parte legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.
- D) Admitir-se-á o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida a lei aqui discutida.
- E) Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

31) A respeito da Ação Rescisória, analise:

- I.** A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz, proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente, resultar de dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida, ofender a coisa julgada, violar literal disposição de lei, se fundar em prova, cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal, pela obtenção de documento novo, quando houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação, fundada em erro de fato.
- II.** São legítimos para propor ação quem foi parte no processo ou o seu sucessor a título universal ou singular, o terceiro juridicamente interessado e o Ministério Público.
- III.** Se os fatos alegados pelas partes dependerem de prova, o relator determinará a sua produção de imediato, designando data para a sua realização, sendo obrigatória a presença das partes, fixando prazo de 45 (quarenta e cinco) a 90 (noventa) dias para o proferimento da decisão.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- A) I, II, III B) I, II C) II, III D) II E) III

32) Acerca dos vícios da vontade, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

- () O erro para viciar a vontade e tornar anulável o negócio deve ser substancial, escusável e real, no sentido de que há de ter por fundamento uma razão plausível, ou ser de tal monta que qualquer pessoa inteligente e de atenção ordinária seja capaz de cometê-lo.
- () Dolo é o emprego de um artifício ou expediente astucioso para induzir alguém à prática de um ato que o prejudica e aproveita ao autor do dolo ou a terceiro.
- () Coação é qualquer pressão física ou moral exercida sobre a pessoa, os bens ou a honra de um contratante para obrigá-lo ou induzi-lo a efetivar um negócio jurídico. Excluem a coação: a ameaça do exercício normal de um direito ou o simples temor reverencial. A coação exercida por terceiro, não vicia o negócio e se for previamente conhecida pela parte a quem aproveitar, somente este responderá por todas as perdas e danos.
- () Simulação é uma declaração enganosa da vontade, visando a produzir efeito diverso do ostensivamente indicado; caracteriza-se pelo intencional desacordo entre a vontade interna e a declarada, no sentido de criar, aparentemente, um negócio jurídico que, de fato, não existe, ou então oculta, sob determinada aparência, o negócio realmente querido.
- () Fraude contra credores é a prática maliciosa, pelo devedor, de atos que desfalcam o seu patrimônio, com o escopo de colocá-lo a salvo de uma execução por dívidas em detrimento dos direitos creditórios alheios; possui o elemento objetivo, que é todo ato prejudicial ao credor, e o subjetivo, que é a má fé, a intenção de prejudicar do devedor.

A sequência está correta em:

- A) V, F, F, F, V B) F, V, V, F, F C) V, V, F, V, V D) V, F, V, F, F E) F, V, F, V, F

33) Quanto ao cumprimento da sentença, é correto afirmar:

- A) É definitiva a execução da sentença transitada em julgado e provisória quando se tratar de sentença impugnada mediante recurso com atribuição de efeito suspensivo.
- B) Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, ao credor é lícito promover simultaneamente a execução daquela nos próprios autos.
- C) Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de 15 (quinze) dias, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (dez por cento) e determinada de ofício, expedição de mandado de penhora e avaliação.
- D) Efetuado o pagamento apenas parcial da execução, no prazo legal, a multa de 10% (dez por cento) incidirá sobre o seu valor total.
- E) A impugnação à execução somente poderá versar sobre falta ou nulidade da citação, se o processo correu à revelia, inexigibilidade do título, penhora incorreta ou avaliação errônea, ilegitimidade das partes, excesso de execução, qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação.

34) Quanto ao processo cautelar, é correto afirmar:

- A) O procedimento cautelar pode ser instaurado antes ou no curso do processo principal, com tramitação própria.
- B) Só em casos excepcionais, a critério do juiz, serão determinadas medidas cautelares sem a audiência das partes.
- C) Poderá o juiz determinar as medidas provisórias que julgar adequadas, quando houver fundado receio de que uma parte, antes do julgamento da lide, cause ao direito da outra lesão grave e de difícil reparação.
- D) Poderá o juiz, para evitar o dano, autorizar ou vedar a prática de determinados atos, ordenar a guarda judicial de pessoas e depósito de bens e impor a prestação de caução, desde que o caso seja autorizado por lei.
- E) As medidas cautelares serão requeridas ao juiz competente para conhecer da ação principal e, quando preparatórias, ao juiz da causa.

CONCURSO PÚBLICO – CESAN – COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO

- 35) No que se refere à Lei nº. 11101/05, a assembleia-geral de credores, na recuperação judicial, terá por atribuições deliberar, EXCETO:
- A) A adoção de outras modalidades de realização do ativo.
 - B) A constituição do Comitê de Credores, a escolha de seus membros e sua substituição.
 - C) O pedido de desistência do devedor, nos termos do § 4º do art. 52 desta Lei.
 - D) O nome do gestor judicial, quando do afastamento do devedor.
 - E) Aprovação, rejeição ou modificação do plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor.
- 36) No que se refere à Lei nº. 7347, de 24 de julho de 1985, é correto afirmar:
- A) Regem-se por suas disposições, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados ao meio ambiente, ao consumidor e ao erário público.
 - B) As ações previstas na referida Lei tramitam no foro do réu, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.
 - C) Não se admite o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses tutelados por esta lei.
 - D) Autarquias, empresas públicas, sindicatos, fundações e sociedade de economia mista, dentre outras, têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar.
 - E) Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.
- 37) A respeito dos impedimentos e suspeições, analise:
- I. Caso o excipiente queira arguir a suspensão e o impedimento do juiz, poderá fazê-lo cumulativamente, na mesma petição, pois são causas de parcialidade do juiz.
 - II. Os motivos da suspeição são de presunção relativa *juris tantum* de parcialidade e se não houver a oposição da exceção, o juiz poderá julgar a causa.
 - III. A sentença proferida por juiz impedido, sem oposição de exceção, fará coisa julgada.
- Está(ão) INCORRETA(S) apenas a(s) afirmativa(s):
- A) I
 - B) II
 - C) III
 - D) I, II, III
 - E) II, III
- 38) Sobre a revelia, assinale a alternativa INCORRETA:
- A) A revelia se aplica ao revel citado por edital ou hora certa.
 - B) Revel, além daquele que não apresenta contestação, é quem comparece irregularmente e não sana o defeito no prazo fixado pelo juiz.
 - C) Não ocorrem os efeitos da revelia se o direito tutelado for indisponível, mesmo que não haja contestação.
 - D) A revelia tem como um dos efeitos a desnecessidade de intimação do revel, dos atos processuais subsequentes.
 - E) Não ocorrem os efeitos da revelia se a contestação for apresentada por advogado dativo, curador especial ou órgão do Ministério Público.
- 39) São causas de suspensão do processo, EXCETO:
- A) Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes.
 - B) Oposição de exceção de incompetência do juízo, da câmara ou do tribunal.
 - C) Arguição de suspeição ou impedimento do juiz.
 - D) Convenção das partes, que estipula tal paralisação por doze meses.
 - E) Quando a sentença de mérito tiver por pressuposto o julgamento de questão de estado, requerido como declaração incidente.
- 40) No que concerne ao Código Tributário Nacional, “na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará”, EXCETO:
- A) A analogia.
 - B) Os princípios gerais de direito tributário.
 - C) Os princípios gerais de direito público.
 - D) A jurisprudência do Conselho de Contribuintes.
 - E) A equidade.